

Num único ano, o meu pai deixou-nos duas vezes. A primeira, para desfazer o casamento, e a segunda para pôr termo à vida. Nesse ano de 1989, a minha mãe voou para Hong Kong e sepultou-o num cemitério perto da fronteira chinesa. A seguir, perturbada, apressou-se a regressar a casa, em Vancouver, onde eu, com dez anos na altura, tinha ficado sozinha.

Eis aquilo de que me recordo:

O meu pai tem um rosto atraente, intemporal; é um homem gentil, mas melancólico. Usa óculos sem aros, e as lentes dão a impressão de ser uma cortina finíssima a pairar mesmo à sua frente. Tem apenas trinta e nove anos, e os seus olhos, castanho-escuros, são circunspectos e inseguros. O meu pai chamava-se Jiang Kai, e nasceu numa pequena aldeia próximo de Changsha. Mais tarde, quando soube que tinha sido um pianista famoso na China, pensei na maneira como os seus dedos matraqueavam na mesa da cozinha, como tamborilavam nos tampos dos armários e ao longo dos braços macios da minha mãe até chegarem aos dedos, o que a punha louca e me provocava acessos de regozijo. Foi ele que me deu o meu nome chinês, Jiang Li-ling, e outro inglês, Marie Jiang. Quando morreu, eu ainda era criança, e as poucas recordações que possuía, embora ínfimas e imprecisas, eram tudo que me restava dele. Nunca as deixei desvanecerem-se.

Quando eu andava pelos vinte anos, no período difícil depois de os meus pais terem morrido, dediquei-me de alma e coração aos números — observação, conjectura, lógica e prova, as ferramentas de que nós, os matemáticos, dispomos, não só para interpretar, mas simplesmente para descrever o mundo. Durante a última década, fui professora na Universidade Simon Fraser no Canadá. Os números permitiram-me mover-me entre o inimaginavelmente grande e o magnificentemente pequeno e

também viver longe dos meus pais, dos seus problemas e dos seus sonhos não concretizados e, como na altura pensava, dos meus.

Há uns anos, em 2010, enquanto passeava na Chinatown de Vancouver, passei por uma loja que vendia DVD. Lembro-me de que chovia a cântaros e os passeios estavam vazios. Dois enormes altifalantes no exterior da loja transmitiam música clássica. Conhecia a peça, a *Sonata n.º 4 para Piano e Violino* de Bach e senti-me atraída para ela, com tanta intensidade como se alguém me estivesse a puxar pela mão. O contraponto, associando compositor, músicos e mesmo silêncio, a música, com as suas espirais de vagas de dor e de arrebatamento, era tudo de que me recordava.

Estonteada, apoiei-me ao vidro da montra.

E, de súbito, estava no carro com o meu pai. Ouvia a chuva chapinhar nos pneus e o meu pai a entoar a melodia. Ele era tão vivo, tão amado, que a dor provocada pelo que havia de incompreensível no seu suicídio me invadiu de novo. Nessa altura, o meu pai tinha morrido havia duas décadas, eu tinha trinta e um anos e não voltara a ser assaltada por uma recordação tão nítida dele.

Entreí na loja. O pianista, Glenn Gould, aparecia numa televisão de ecrã plano: ele e Yehudi Menuhin executavam a sonata de Bach que eu reconhecera. Lá estava Glenn Gould, vestido com um fato preto, curvado sobre o piano a ouvir motivos muito além do alcance do que a maioria de nós consegue perceber; para mim, ele era uma figura... profundamente familiar, como uma língua, um mundo, que esquecera.

Em 1989, a vida tinha-se tornado um conjunto de rotinas necessárias para a minha mãe e para mim: trabalho e escola, televisão, refeições, sono. A primeira partida do meu pai coincidiu com o período em que acontecimentos importantes tiveram lugar na China, acontecimentos esses que a minha mãe via obsessivamente na CNN. Perguntei-lhe quem eram aqueles manifestantes e ela disse que eram estudantes e pessoas comuns. Perguntei-lhe se o meu pai estava lá e ela respondeu: «Não, aquilo é a Praça Tiananmen em Pequim.» As manifestações, que reuniram nas ruas mais de um milhão de cidadãos chineses, haviam começado em abril, quando o meu pai ainda vivia connosco, e continuaram depois de ele ter partido para Hong Kong e desaparecido. Depois, em 4 de junho, e nos dias e semanas que se seguiram ao massacre, a minha mãe chorava. Fiquei a vê-la assim, noite após noite. O Ba abandonara a China em 1978 e estava proibido de regressar ao país. Mas a minha incompreensão ligava-se às coisas que via: aquelas imagens caóticas, assustadoras, de pessoas e tanques, e a minha mãe à frente do ecrã.

Nesse verão, como num sonho, continuei a ter as aulas de Caligrafia no centro cultural mais próximo, usando pincel e tinta para copiar linha após linha de poesia chinesa. Mas eram poucas as palavras que reconhecia — grande, pequeno, rapariga, lua, céu (大, 小, 女, 月, 天). O meu pai falava mandarim e a minha mãe cantonês, mas eu só era fluente em inglês. A princípio, o puzzle da língua chinesa tinha-me parecido um jogo, um prazer, mas a minha incapacidade para a compreender começou a incomodar-me. Repetidamente, escrevia caracteres que não sabia ler, tornando-os cada vez maiores até o excesso de tinta empapar e rasgar o papel fino. Eu não queria saber. Deixei de ir às aulas.

Em outubro, dois polícias apareceram à porta da nossa casa. Informaram a minha mãe de que o Ba tinha morrido e que o gabinete forense de Hong Kong se ocuparia do processo. Disseram que a morte do Ba fora suicídio. A partir daí, o silêncio (*qù*) tornou-se outra pessoa a viver na nossa casa. Dormia no roupeiro com as camisas, as calças e os sapatos do meu pai, zelava pelas partituras de Beethoven, Prokofiev, e Chostakovitch, pelos seus chapéus, cadeirão e chávena especial. O silêncio (閤) penetrava nas nossas mentes e encapelava-se como um oceano dentro da minha mãe e de mim. Nesse inverno, Vancouver esteve ainda mais cinzenta a húmida do que o habitual, como se a chuva fosse uma camisola grossa que não conseguíamos despir. Eu adormecia certa de que, de manhã, o Ba me acordaria como sempre havia feito, com a voz a puxar-me para fora do sono, até esta ilusão agravar a perda, e a dor se tornar mais intensa do que antes.

As semanas foram passando lentamente, e 1989 deu lugar a 1990. A Ma e eu jantávamos no sofá todas as noites porque não havia espaço na mesa de jantar. Os documentos oficiais do meu pai — certificado de diversos tipos, declarações de impostos — já estavam organizados, mas as pontas soltas subsistiam. Quando a Ma passou revista ao apartamento mais a fundo, apareceram outros papéis, pautas de música, umas quantas cartas que o meu pai tinha escrito mas nunca enviara («Pardal, não sei se irás receber esta carta, mas...») e ainda mais cadernos. Ao ver aumentar o número desses artigos, eu imaginava que a minha mãe acreditava que o Ba iria reencarnar sob a forma de um pedaço de papel. Ou talvez ela acreditasse, como os antigos, que as palavras escritas em papel eram talismãs que podiam, de algum modo, proteger-nos do mal.

Na maior parte das noites, a Ma sentava-se entre eles, antes de despir a roupa que levava para o escritório.

Eu tentava não a incomodar. Ficava na sala contígua a ouvir o som quase inaudível do virar das folhas.

O *qù* da respiração dela.

A chuva a explodir e a dividir-se pela vidraça abaixo.

Estávamos suspensas no tempo.

Incessantemente, o elétrico n.º 29 passava a chocalhar.

Fantasiava conversas. Tentava imaginar o Ba renascido no mundo das profundezas, a comprar outro caderno, a usar uma moeda diferente e a enfiar os trocos no bolso de um casaco novo, um casaco muito leve, feito de penas, ou talvez uma capa de lã de camelo, um agasalho suficientemente resistente para o paraíso e para o mundo das profundezas.

Entretanto, a minha mãe distraía-se tentando encontrar a família do meu pai, onde quer que estivesse, para lhes dizer que o filho, o irmão ou o tio que há tanto tempo haviam perdido já não fazia parte deste mundo. Começou a procurar o pai adotivo do Ba, um homem que em tempos tinha vivido em Xangai e que era conhecido por «o Professor». Era o único familiar que o meu pai mencionara. A busca de informação era lenta e trabalhosa, pois nesse tempo não havia correio eletrónico nem Internet, e era fácil a Ma enviar uma carta, mas difícil obter uma resposta autêntica. O meu pai tinha saído havia muito da China e o Professor devia ser velhíssimo, se ainda estivesse vivo.

A Pequim que víamos na televisão, com necrotérios e famílias chorosas, com tanques estacionados nos cruzamentos, erçados de armas, era um mundo distante da Pequim que o meu pai conhecera. Embora, penso eu por vezes, não tão distante quanto isso.

Foi uns meses mais tarde, em março de 1990, que a minha mãe me mostrou o Livro de Registos. Nessa noite, a Ma estava sentada no lugar habitual, à mesa de jantar, a ler. O caderno que tinha na mão era alto e estreito, com as dimensões de uma porta em miniatura. Tinha uma capa solta de fio de algodão cor de avelã.

Já passava muito da minha hora de ir para a cama quando de súbito a Ma reparou em mim.

— Que se passa contigo? — exclamou. — E, em seguida, confusa com a pergunta que fizera: — Já acabaste os trabalhos de casa? Que horas são?

Eu tinha-os acabado há séculos e estivera a ver um filme de terror sem som. Ainda me lembro: um homem acabara de ser morto com um picador de gelo.

— É meia-noite — respondi, ainda impressionada porque o homem era mole como massa de pão.

A minha mãe estendeu uma mão, e aproximei-me. Rodeou-me a cintura com um braço apertando-me.

— Queres ver o que estou a ler?

Curvei-me sobre o caderno e fitei os aglomerados de palavras. Caracteres chineses pela página abaixo como pegadas de animais na neve.

— É uma história — disse a Ma.

— Que género de história?

— Acho que é um romance. Há um aventureiro chamado Da-wei que parte de barco para a América e uma heroína chamada Quatro de Maio que atravessa a pé o deserto de Gobi...

Olhei com mais atenção mas as palavras continuavam ilegíveis.

— Houve uma época em que as pessoas copiavam livros inteiros à mão — explicou a Ma. — Os russos chamavam a isso *samizdat*, os chineses chamavam-lhe... enfim, creio que não tínhamos um nome. Olha como este caderno está sujo, até tem bocados de erva colados. Sabe-se lá quantas pessoas andaram com ele de um lado para o outro. É décadas mais velho do que tu, Li-ling.

O que não o era?, perguntei-me. Quis saber se aquele caderno tinha sido copiado pelo Ba.

A minha mãe abanou a cabeça. Disse que os caracteres eram lindos, obra de um calígrafo requintado, enquanto a escrita do meu pai era apenas sofrível.

— Este caderno é um capítulo de qualquer obra mais longa. Número 17, diz aqui. Não diz quem é o autor, mas olha, tem um título, o Livro de Registos.

Poisou o caderno. Em cima da mesa de jantar, os papéis do meu pai assemelhavam-se a ondas com cristas de espuma, a avançarem, prestes a encapelarem-se e a rebentarem no tapete. Toda a nossa correspondência também estava ali. Desde o Ano Novo que a Ma tinha começado a receber cartas de Pequim, condolências de músicos da Filarmónica Central que só recentemente tinham sabido da morte do meu pai. A Ma lia essas cartas com um dicionário à mão porque elas eram escritas em chinês simplificado, que ela nunca tinha aprendido. Educada em Hong Kong, tinha estudado a escrita chinesa tradicional. Mas na década de 1950, no continente, uma escrita nova e mais simples fora adotada na China comunista. Milhares de palavras haviam mudado; por exemplo, «escrever» (*xiě*) passou de 寫 para 写, e «saber» (*shí*) de 識 para 识. Mesmo «Partido Comunista» (*gòng chǎn dǎng*) deixou de ser 共產黨 para se tornar 共产党. Por vezes a Ma conseguia ver a antiga forma da palavra, outras vezes tentava adivinhar os significados. Dizia que